

---

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p97-113>

## **A EDUCAÇÃO INDÍGENA PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

### ***INDIGENOUS EDUCATION THROUGH PUBLIC POLICIES IN BRAZIL***

**Luis Claudio Costa de Oliveira<sup>1</sup>**

**Marcelo Wisnescky Correa Chiacchio<sup>2</sup>**

**Katia Eliane Santos Avelar<sup>3</sup>**

**Maria Geralda de Miranda<sup>4</sup>**

**Resumo:** Xenofobia, preconceito e desejo de desmatar as florestas virgens brasileiras fizeram com que os colonizadores portugueses ignorassem a importância da cultura indígena, seus saberes medicinais e climáticos, entre tantos outros, para a preservação da natureza. A importância da escola indígena está em resgatar a identidade cultural perdida em razão das imposições dos dominadores. O objetivo deste estudo foi discutir a educação indígena no Brasil na atualidade, seus avanços e dificuldades. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica e documental retiradas das bases Scielo e Google Acadêmico. Foi possível observar que ainda existe descaso dos governantes em relação à educação indígena, não sendo respeitado todo o rico conhecimento desse povo originário do Brasil. Foi observado também a necessidade de mais políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio

---

<sup>1</sup>Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, Universidade Iguazu e Mestrando Profissional em Desenvolvimento Local, Unisuam, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>2</sup>Especialista em Docência Superior em Gastronomia, Unyleya e Mestrando Profissional em Desenvolvimento Local, Unisuam, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>3</sup>Doutora em Ciências da Saúde e pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UNISUAM.

<sup>4</sup>Possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela FACHA e em Letras Clássicas e Vernáculas pela FEUC. Doutora em Estudos Culturais pela UFF. Pós-doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, em Narrativas Visuais pela Universidade Clássica de Lisboa e em Estudos Culturais Africanos pela UFRJ. Possui Curso de Aperfeiçoamento em Gestão e Empreendedorismo pelo Babson Entrepreneurship Program, no Babson College, EUA. Curso de Aperfeiçoamento em Study Abroad Program On Environmental Sustainability, pela UIW European Study Center. Foi Bolsista da CAPES e Coordenadora do Projeto "Implicações do Ambiente no processo de Ensino-Aprendizagem: Estudos sobre escolas Públicas do Complexo do Alemão, na Cidade do Rio de Janeiro?", apoiado pelo OBEDUC/CAPES, no período de 2013 a 2017. Foi coordenadora do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UNISUAM, entre 2011 e 2016. Desenvolve estudos no âmbito do Desenvolvimento sustentável, da Educação ambiental, da cultura e da educação.

cultural indígena, e efetivação das legislações existentes, sobretudo as educacionais.

**Palavras-Chave:** Educação Indígena. Políticas Públicas. Políticas educacionais indígenas.

**Abstract:** Xenophobia, prejudice, and the desire to deforest virgin Brazilian forests meant that the Portuguese colonizers did not see the importance of the indigenous culture, its medicinal and climatic knowledge, among many others, for the preservation of nature. The importance of the indigenous school lies in rescuing the cultural identity lost due to the impositions of the dominators. The present study, through bibliographical and documentary research, aims to discuss indigenous education in Brazil today, its advances and difficulties. Thus, it was found that there is neglect of government in relation to indigenous education, not respecting all the rich knowledge of the people from Brazil. There was also a need for more public policies aimed at the preservation of indigenous cultural heritage, and the enforcement of existing legislation, especially educational ones.

**Keywords:** Indigenous education. Public policy. Indigenous educational policies.

Recebido em: 10/08/2021  
Aceito para publicação em: 12/10/2021

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Shigunov Neto e Maciel (2008), o ensino no Brasil iniciou no ano de 1549 pelos padres jesuítas. De origem confessional, tal educação foi importante para a transmissão da cultura e valores dos colonizadores. Esse ato de educar, em paralelo, também agia em catequizar e evangelizar os povos autóctones e perdurou por dois séculos.

Lustiago (2015) pontua que os colonizados tinham de aprender o português para interagir com textos bíblicos e colocar em ação os ensinamentos. O padre José de Anchieta era na época um dos profissionais mais famosos pela sua evangelização.

De acordo com Mubarac *et. al.* (2017), os povos indígenas, por décadas, foram deixados à própria sorte. Somente no ano 2000, que a educação indígena recebeu atenção dos governos, que melhoraram a infraestrutura para os professores ministrarem suas aulas.

Os desafios na educação indígenas são muitos. A falta de estruturas física e didática em todos os níveis educacionais, a evasão escolar nas aldeias e a falta de um plano mais adequado nas universidades para o acolhimento do indígena nestas instituições de ensino são alguns dos problemas enfrentados por este grupo.

Silva Júnior (2000) afirma que a ideia que pairava era que somente o homem branco poderia estudar, negando o conhecimento livresco a outros povos, como os indígenas. A educação escolar desconhecia os conhecimentos dos povos originários, que era passada de geração a geração, por meio da oralidade.

Sobre esse método educacional opressor, Paulo Freire dizia que o aluno era transformado em espectador sem ação, cujo foco era dominar o seu

intelecto e suas reações, o que leva ao assujeitamento e à falta de criatividade. Mas há outras formas do aprendizado das minorias ser libertador, e várias experiências educativas têm se desenvolvido satisfatoriamente, em específico com os indígenas, com ações e aprendizados muito importantes para tais povos (MONTE, 2000).

Sotopietra (2016) mostra que a proposta da educação brasileira tem em seu pilar o desenvolvimento da educação pelo intermédio das escolas, promovendo ações que visam equiparar todos os cidadãos brasileiro, em especial os mais vulneráveis como: os negros, pardos e indígenas.

O objetivo deste artigo foi discutir a educação indígena no Brasil na atualidade, seus avanços e dificuldades. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, utilizando trabalhos publicados nas bases Google Acadêmico, Scielo, nos sites da Organização das Nações Unidas (ONU), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Ministério da Educação (MEC), livros, teses e dissertações. Para uma busca mais refinada foram utilizadas como palavras-chave “Educação Indígena”, “Políticas Públicas” e “Políticas Educacionais Indígenas”, tendo relevância apenas os trabalhos publicados no período de 2000 a 2021.

## **2 EDUCAÇÃO COMO AGENTE NECESSÁRIO PARA CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO**

De acordo com Brandão (2007), a educação indígena remonta aos tempos do descobrimento do Brasil e foi realizada inicialmente por padres jesuítas, com a finalidade de catequizar os índios.

Segundo Freitas [2021?], a educação é um pilar importante na transformação de uma nação. Bons exemplos são países que valorizam a

ética, o trabalho e a educação de uma forma geral, o que os leva a ter economias mais sólidas e mais igualdade social.

De acordo com Lima (2020), no atual momento, tem-se um cenário desanimador para a formação de professores indígenas. Tem-se inúmeros obstáculos enfrentados pelos estudantes, uma vez que muitas universidades têm sua localização distante das aldeias, falta recurso para o indígena se manter na universidade, são discriminados pelos não indígenas e sofrem por não terem um local apropriado para morar.

O processo de seleção dos indígenas nas universidades públicas carece de uma política pública de divulgação de vagas ofertadas, levando estas informações a tribos de todo o território brasileiro e, principalmente, dando suporte total para que o indígena entre, e permaneça, até conclusão de sua graduação universitária. (DANTAS, 2018).

Os primeiros anos do século XX, mais precisamente os primeiros dez anos, foram, talvez, os mais difíceis para a educação indígena, pois foi o início da construção do projeto educação indígena. Uma educação voltada para a operação de um aprendizado cultural relevante para cada tipo de tribo, sobretudo respeitando os costumes indígenas, era o planejamento. Todavia, a diferenciação anunciada em leis específicas até aquela data não surtiu efeitos esperados, colocando em prova todo o sistema de educação, pois muitas das escolas não tinham o suporte adequado para atender a demanda indígena, ocasionando um aprendizado pelos povos originários igual a educação em escolas para não indígenas (BERGAMASCHI; SOUSA, 2015).

Proporcionar uma educação que leve em consideração os valores da sociedade indígena, principalmente as raízes educacionais de seus antepassados, construindo um pilar educacional sólido e próspero e que englobe não só a educação formal, é a forma de se dar autonomia na

participação desses povos na educação em nosso País. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010)

Conforme descrito por Tassinari (2008), quando o governo se mobilizou e se conscientizou que era mais plausível formar e contratar professores das próprias tribos, o salto na aprendizagem indígena foi magnífico, pois este mesmo professor interagia com os alunos nas duas línguas, respeitando essas culturas e enriquecendo o aprendizado desses povos.

Segundo Escola Educação da Bahia, EEB (BAHIA, [2020?]), a nomenclatura usada como “educação escolar indígena” é um termo altamente difundido para expressar o significado do ensino regular formal (Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio em escolas com ensino regular), este modo de ensino difere do modo informal de estudos, pois tem uma diretriz curricular a ser desenvolvida por escolas que utilizam o ensino formal, citando o ensino informal, não se mantém uma grade curricular pré-determinada; utilizando-se de modos a serem adaptados pelos docentes no seu dia a dia respeitando a cultura, línguas e costumes indígenas.

Em entrevista da Conselheira de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, Professora Rita Gomes do Nascimento, à TV Brasil, disse que em todo o território brasileiro há 3.050 (três mil e cinquenta) escolas indígenas, contemplando a educação de aproximadamente 230 mil indígenas nas esperas do Ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio, sendo detectado pelo Conselho a necessidade de abrir vagas em universidades em todo o território nacional para a formação de novos professores indígenas, pois o quadro de docentes que constam até esta data é de 16 mil profissionais autorizados a ministrar aulas para os povos originários. Ela disse ainda que mediante a pesquisa foi constatada a necessidade de uma abordagem mais agressiva deste órgão para a formação de professores do Ensino Fundamental

II e Ensino Médio, que muitas escolas estão com déficit enorme de profissionais capacitados a ministrar aulas que contemplem os materiais formais e informais da grade curricular indígena (TV BRASILGOV, 2015).

Sou professor na minha aldeia. Meu trabalho é mais na área de educação. Gosto de contribuir com minhas ideias com os colegas da escola, com os alunos e com a comunidade. Comecei a dar aula no ano de mil novecentos e noventa e seis. [...] O planejamento era tudo mandado pela Secretaria Municipal de Educação, tive que aceitar. As disciplinas eram todas na caixinha, separadas. Ensinei tudo o que estava no livro. Não sabia nem para que serviria esse ensinamento, eu não tinha nem vontade de dar aula. Mas eu não deixava de ensinar na língua. [...] Por isso, a comunidade local sempre pedia para eu não sair mais de lá. Percebi então, que gostaram do meu trabalho. Um dia pensei por que será que sou professor, para que ensinar as crianças? Antes a minha ideia era que os alunos tinham que saber ler e escrever. Somente isso. Durante esse período participei de várias capacitações, encontros indígenas. E nesses encontros era pensado e voltado para a realidade da aldeia. Depois tive outras ideias e uma visão nova, mudou o meu modo de dar aula, o meu comportamento na aldeia. Passei a escutar mais os (as) idosos (as) contarem a nossa história, nossa tradição. Chegou na minha ideia que queria incentivar esse conhecimento. Foi essa a importância do meu trabalho em geral, que é pensar uma forma para meus alunos reconhecerem o que é nosso. Fiz um trabalho de conscientização com meus alunos para respeitar os mais idosos, aconselhei para não zombarem deles, incentivei para conversarem mais com eles, fazerem perguntas. Hoje os alunos respeitam o idoso, a idosa. Quero ajudar mais e buscar mais e mais e pensar em como a comunidade possa se autovalorizar. (NASCIMENTO; URQUIZA; BRAND, 2009, p. 08).

O acompanhamento pedagógico indígena, feito em todo território nacional, deve respeitar as histórias de todos as tribos indígenas brasileiras, deve extrair neste vasto universo todo o conhecimento pedagógico e cultural indígena e orientar os professores da cultura indígena a abordarem temas em conjunto da educação formal com a educação informal, educando nas duas culturas. (BAHIA, [2020?])

Segundo Garlet, Guimarães e Bellini (2010), nos dias atuais, profissionais de educação indígena têm uma relação mais ampla com projetos

pedagógicos multidisciplinares, corroborando com uma educação indígena voltada para o aprendizado bilíngue.

A fomentação de conteúdo pedagógico para o ensino, deve ser gerado por professores indígenas, assim terão adequação objetivada no aprendizado, irão absorver os ensinamentos dos nativos mais velhos das tribos, inserindo as tradições que facilitará para ambas as partes, ficando mais familiarizado (SCHWARTZMAN, 2018).

O investimento do governo em infraestrutura para os indígenas, principalmente na educação, nos últimos anos, tem ocasionado uma maior procura deste povo a cursarem o ensino superior, totalizando desafios para uma educação multidisciplinar, respeitando cada cultura (FUNAI, 2018).

De acordo com Zanin, Silva e Cristofoli (2018), a forma que vem sendo apresentada a educação nas aldeias tem estimulado os indígenas a estudarem, pois o método utilizado não é a educação formal. O método tem sido uma mescla da educação formal com a cultura indígena, trazendo uma grande aceitação para os povos originários.

A conselheira Rita Gomes do Nascimento, em sua entrevista, afirma que a formação do futuro professor indígena deve capacitá-lo a ministrar aulas na língua dos indígenas e na língua portuguesa (as tribos escolhem qual membro vai estudar e virar professor). Quando ocorre esta seleção, o futuro professor estuda por dois anos conteúdos gerais e por mais três anos conteúdos específicos indígenas em Universidades que contemplem esta grade curricular específica (TV BRASILGOV, 2015).

A forma de comunicação mais comum é a oral, contudo a escrita, por ter um grau de complexibilidade mais elaborado, precisa ser ensinada, sob pena dos indígenas não conseguirem se expressar por meio do código escrito.

De acordo com Cohn (2001), o método de ensino dos povos indígenas tem por finalidade aprimorar e interagir com todas as culturas que existem no Brasil atualmente, respeitando todos os povos e sua cultura ancestral. Existem vários relatos em livros e artigos científicos em que a estrutura curricular deixa de lado os povos indígenas, desmerecendo a cultura e principalmente a educação desse povo verdadeiramente brasileiro.

Segundo Meira (2020), em uma interação entre culturas, o ápice da educação indígena só será transcendente quando esta mesma sociedade der mais ênfase às suas tradições e os conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Projeta-se que no futuro, o aprendizado terá como pilar uma educação multidisciplinar, respeitando a cultura dos povos indígenas e os não indígenas, transpondo as barreiras culturais, cultivando uma relação harmoniosa de interação intercultural com uma educação de qualidade para todos.

## **2.1 Educação Indígena na Agenda 2030**

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), é uma diretriz de 2015, cujo foco é tornar o mundo mais próspero, com paz e liberdade e mais igualdade. Tem 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que prevê acabar com a pobreza e a fome no mundo em todas suas facetas. É um grande calcanhar de Aquiles para desenvolvimento sustentável para todos os povos do planeta. O Objetivo 4 prevê assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Tal ODS se subdivide em 10 metas. A meta 4.5 diz ações no sentido de extinguir a discrepância de gênero na educação e assegurar igualdade para todos, em todos os níveis de educação e profissionalizantes, principalmente

para os mais vulneráveis. Incluindo os que têm alguma deficiência, crianças que vivem em vulnerabilidade social e aos verdadeiros cidadãos brasileiros, os indígenas.

Em junho de 2007, foi organizada a Assembleia Geral Ordinária do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC) na cidade de Madri, Espanha, cujo objetivo foi discutir a implementação dos direitos institucionais dos povos indígenas. Os ODS apresentam uma oportunidade para os povos indígenas da Ibero-América, são como janelas para transversalizar a perspectiva indígena nas ações encaminhadas ao cumprimento da Agenda 2030, e assim dar um impulso decidido ao seu desenvolvimento. Deve-se abordar a Agenda 2030 pensando nos povos indígenas não como objetos e beneficiários das políticas de desenvolvimento, mas como atores e protagonistas (SEGIB, 2017).

As diretrizes da ONU são para os governantes de todas as nações, que precisam criar atividades reais para inclusão dos direitos dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, uma vez que há um número assombroso de 370 milhões de indígenas em extrema penúria. Como dito pela comissária adjunta da ONU, Kate Gilmore “Os indígenas são o exemplo vivo das pessoas mais desfavorecidas, mais marginalizadas e deixadas para trás” (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Constata-se que falta muito ainda a ser feito; tem-se um hiato entre o planejamento direcionado à educação indígena e a efetivação no campo. Uma questão importante quando se aborda a implementação da educação a distância é a infraestrutura como é bem exemplificado na prefeitura de Santarém do Pará, que nas modalidades do ensino fundamental e médio onde a educação tenta chegar de modo digital vem gerando uma dificuldade para ter

seu objetivo alcançado e assim infringindo o direito dos povos indígenas, segundo Rodrigues (2018).

Cordeiro (2018) afirma que não podemos esquecer de que na história da população brasileira, esforços minúsculos foram feitos para uma construção intelectual dos povos indígenas, levando-os a uma exclusão social.

Muito pouco foi feito para implementar esse plano educacional aos indígenas brasileiros. Ainda se precisa de ações educacionais, estruturas para professoras nas aldeias e nas escolas que recebem os indígenas. Precisa ser aplicado cada vez mais o conceito do educador Paulo Freire, que diz que o ensino não precisa ser imposto e sim amoroso:

seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas percepção sobre as injustiças sociais de maneira crítica (FREIRE, 1984, p. 89).

Conforme A Diretoria de Estatísticas Educacionais, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2020), com base nos dados do Censo da Educação Básica, o percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio segundo cor/raça em 2019 é alarmante para a população indígena, são 22,2% brancos, 75,8% pretos/pardos, 2,1% amarelos/indígenas e 37,5% não declarados no universo EJA Fundamental, já no EJA Médio 31,0% brancos, 67,8% pretos/pardos, 1,2% amarelos indígenas, e 37,2% não declarados.

Dados comprovam que o ingresso de indígenas em cursos profissionalizantes não ultrapassa 1,4%. Praticamente não se vê uma qualificação oferecida e nem planejamento específico para os povos indígenas, que cada vez mais estão em contato com a civilização. Como oferecer um futuro dentro desse universo para essa população tão excluída, já que não se

oferece educação básica e muito menos educação profissionalizante. As trocas com indígenas precisam deixar de ser uma via única, sempre com foco nos seus conhecimentos, e exploração de seu habitat. Com esses dados do censo em 2019 comprova-se que quase nada mudou desde a colonização, como abordado no início deste estudo.

Conforme Baniwa (2013), a formação superior de indígenas tem uma importância focada em desenvolver espaços com intuito de transmitir seus conhecimentos multiculturais para população não indígena.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto foi possível observar as lacunas no ensino indígena. A discrepância dos números educacionais no Brasil quando se trata de indígenas ainda são alarmantes. Não restam dúvidas sobre a falta de políticas públicas voltadas exclusivamente à população indígena e suas questões educacionais. Tais políticas devem estar de acordo com a realidade e necessidade indígena.

No que tange às políticas educacionais, alguns pontos precisam ser revistos, como por exemplo, a formação de professores. É importante que estes sejam membros de suas comunidades pois, assim é garantido que a cultura indígena seja preservada e desse modo a chegada do indígena nas Universidades poderá ser garantida.

Contudo, observa-se ainda que mesmo diante de sua importante contribuição cultural, o lugar dos povos indígenas no cenário atual da educação ainda é preocupante. Poucas políticas públicas, poucos direitos e muita discriminação.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. ONU apela para que indígenas tenham atenção das autoridades. **Agência Brasil**, Brasília, 20 set. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-09/onu-apela-para-que-indigenas-tenham-mais-atencao-das-autoridades>. Acesso em: 25 set. 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Educação Escolar Indígena**. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, [2020?]. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/escolarindigena>. Acesso em: 07 set. 2020.

BANIWA, G. A lei das cotas e dos povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Fórum**, [s.l.], n. 119, 19 set. 2013. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/XXXVcadernopensamentocritico.pdf>. p.09. Acesso em: 04 out. 2020.

BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, J. S. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 55-75, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-0188201000020004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-0188201000020004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 out. 2020.

BERGAMASCHI, M. A.; SOUSA, F. B.; Territórios etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. **Proposições**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 143-161, ago. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072015000200143&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072015000200143&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 07 set. 2020.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

COHN, C. Culturas em Transformação: Os Índios e a Civilização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 36-42, abr. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-8839200100020006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200100020006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 out. 2020.

CORDEIRO, M. J. de J. A. Cotas no ensino superior: ação de resistência contra o racismo e de ascensão social de negros e indígenas. **Revista de Ciências Humanas**, [s. l.], v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3442>. Acesso em: 04 out. 2020.

Revista Lex Cult, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 97-113, set./dez. 2021.

CRIADAS Novas Diretrizes Para Ampliar a Educação Escolar Indígena. Por TV BrasilGov. [s.l.]: TV BrasilGov, 12 jan. 2015. 1 vídeo (3 min 58s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Izjsp0QteLc>. Acesso em: 05 set. 2020.

DANTAS, C. Estudantes Indígenas São os que Menos Contam com Apoio Público para Pagar a Universidade. **G1**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2018. Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/estudantes-indigenas-sao-os-que-menos-contam-com-apoio-publico-para-pagar-universidade.ghtml>. Acesso em: 04 out. 2020.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAS, E. de. Educação, base do desenvolvimento. **Brasil Escola**, [s. l.], [2021?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/educacao-base-desenvolvimento.htm>. Acesso em: 18 set. 2020.

FUNAI. **Cresce o número de estudantes indígenas nas universidades**. Brasília, DF: FUNAI, 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias4720-cresce-o-numero-de-estudantes-indigenas-nas-universidades>. Acesso em: 20 set. 2020.

GARLET, M.; GUIMARÃES, G.; BELLINI, M. I. B. Cotas para estudantes indígenas: inclusão universitária ou exclusão escolar. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2010. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7967/2/Cotas\\_para\\_estudantes\\_indigenas\\_inclusao\\_universitaria\\_ou\\_exclusao\\_escolar.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7967/2/Cotas_para_estudantes_indigenas_inclusao_universitaria_ou_exclusao_escolar.pdf). Acesso em: 18 set. 2020.

INEP. **Censo da Educação Básica - 2019** - Relatório Técnico. Brasília, DF: INEP/MEC, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_basica\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf). Acesso em: 19 nov. 2021.

LIMA, J. Educação indígena: o desafio de sair da comunidade para estudar na universidade. **Amazônia real**, Manaus, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/educacao-indigena-o-desafio-de-sair-da-comunidade-para-estudar-na-universidade/>. Acesso em: 04 out. 2020.

Revista Lex Cult, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 97-113, set./dez. 2021.

LUSTIAGO, A. Q. O direito nas missões jesuíticas da América do Sul. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, n. 136, 1 maio 2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-136/o-direito-nas-missoes-jesuitica-s-da-america-do-s>. Acesso em: 04 out. 2020.

MEIRA, F. de O. Educação escolar indígena intercultural e o ensino de geografia. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP**, Dourados, n. 8, maio 2020. Disponível em: [iscap.pt/cei/e-rei/n8/artigos/F.Meira\\_Educacao-escolar-indigena-intercultural-e-o-ensino-de-geografia.pdf](http://iscap.pt/cei/e-rei/n8/artigos/F.Meira_Educacao-escolar-indigena-intercultural-e-o-ensino-de-geografia.pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

MONTE, N. L. E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 118-133, dez. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-2478200000030008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-2478200000030008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 set. 2020.

MUBARAC, S.; SANCHES, R.; DUARTE, de S. A. S.; BETIOL, C. A. A Educação Escolar Indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [s.l.], v. 11, n. 19, p. 58-75, jul. 2017. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/4761/3146>. Acesso em: 28 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em: 17 set. 2020.

NASCIMENTO, A. C.; URQUIZA, A. H. A.; BRAND, A. J. Professores Índios e a escola diferenciada/intercultural a experiência em escolas indígenas Guarani e Kaiowá e a prática pedagógica para além da escola. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu, SP. **Anais[...]**. Caxambu-SP, 2009. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt08-5686-int.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2021.

RODRIGUES, G. C. L. Quando a escola é uma Flecha: Educação Escolar Indígena e Territorialização na Amazônia. **Revista Exitus**, v. 8, n. 3, p. 396-422. set./dez., 2018. Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/651>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SCHWARTZMAN, G. Os desafios da educação indígena para presidência, segundo pesquisadoras(es). **Carta Capital**, [s.l.], 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/os-desafios-da-educacao-indigena-para-a-presidencia-segundo-pesquisadoras/>. Acesso em: 27 set. 2020.

SECRETARIA GERAL IBEROAMERICANA (Espanha). **Implementando a Agenda 2030 com os povos indígenas**. Madri: SEGIB, 2017. Disponível em: <https://www.segib.org/pt-br/implementando-la-agenda-2030-con-los-pueblos-indigenas/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas sugestões. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602008000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 out. 2020.

SILVA JÚNIOR, Gerson Alves da. Educação inclusiva e diferenciada indígena. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 40 - 49, mar. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932000000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04 out. 2020.

SOTOPIETRA, A. U. O problema jurídico da articulação governamental nas políticas públicas e o acesso à educação indígena: análise do programa de apoio à formação superior e licenciaturas interculturais indígenas. **Prolind: Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 96, jul./ago. 2016. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RDConsInter\\_n.96.10](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDConsInter_n.96.10). PDF. Acesso em: 20 set. 2020.

TASSINARI, A. M. I. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 217-244, ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/16328>. Acesso em: 15 set. 2020.

*A EDUCAÇÃO INDÍGENA PELAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL*

*Luis Claudio Costa de Oliveira  
Marcelo Wisnescky Correa Chiacchio  
Katia Eliane Santos Avelar  
Maria Geralda de Miranda*

ZANIN, N. Z.; SILVA, I. M. M.; CRISTOFOLI, M. S. Espaços Escolares Indígenas no Brasil: políticas, ações e atores envolvidos. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 201-222, mar. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362018000100201&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000100201&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 set. 2020.

Revista Lex Cult, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 97-113, set./dez. 2021.